



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150545 - PR (2021/0223982-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : VANESSA BUENO DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DANILO GUIMARÃES RODRIGUES ALVES - PR035256  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VANESSA BUENO DE SOUZA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0031801-78.2021.8.16.0000).

A recorrente teve decretada a sua prisão preventiva pela prática, em tese, dos crimes capitulados nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e 16 da Lei n. 10.826/03. A defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, alegando, entre outras coisas, que a recorrente seria mãe de duas meninas com menos de 12 anos de idade, e faria jus à concessão de prisão domiciliar, nos termos do art. 318, V, do Código de Processo Penal. Contudo, a ordem foi denegada.

Sustenta que nos autos do HC n. 673674 – PR já foi analisada a matéria e concedida a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, de modo que seria cabível a extensão da ordem para surtir efeito neste autos. Alega que o HC n. 673674 – PR e o ora sob análise são desdobramentos de investigação em trâmite em Curitiba/PR, que apura a prática de tráfico de drogas e associação ao tráfico de drogas, e também findou na prisão em flagrante convertida em preventiva ora combatida.

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida à recorrente liberdade provisória ou a substituição da prisão preventiva por domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em consulta aos autos do HC n. 673674, às fls. 371-381, encontra-se decisão da Ministra Laurita Vaz concedendo a ordem para substituir a prisão preventiva da recorrente por prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A do Código de Processo Penal, se por outra razão não estiver presa. Aplicou-se também a medida cautelar diversa da prisão descrita no inciso III do art. 319 do Código de Processo Penal, para impedir a recorrente de manter contato com o Corrêu. Facultou-se ao juiz da causa estabelecer quaisquer outras cautelares diversas do cárcere.

A decisão apontada tem como fundamento a orientação fixada pelo STF no julgamento do *Habeas Corpus* n. 143.641/SP e o art. 318-A do Código de Processo Penal.

Dada a similitude apurada entre a discussão travada no HC n. 673674 e a desenvolvida neste, em nível de cognição sumária, revela-se razoável a manutenção da homogeneidade das decisões, de modo que deve prevalecer até o julgamento final deste o conteúdo da decisão constante do HC n. 673674.

Defiro a liminar para substituir a prisão preventiva da recorrente por prisão domiciliar, nos termos da decisão exarada no HC n. 673674, até o julgamento final deste.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente